



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO - RPPS

Processo TC	4207/989/24
Poder	EXECUTIVO
Município	Caconde
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE
Período	08/2024
Relator	Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável	João Filipe Muniz Basilli
Cargo	PREFEITO
CPF	***.437.668-**
Período de Gestão	01/01/2024 a 31/12/2024

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exhibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

1.1 - Contribuição Patronal (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

1.2 - Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas)(Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

1.3 - Parcelamentos (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de

Previdência Social.

1.4 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

1.5 - Aporte para Cobertura de Insuficiência Financeira (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

1.6 - Compensação Previdenciária (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

1.7 - Recebimento das contribuições dos servidores (Visão da Prefeitura)

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2 - Assunto de Fiscalização: Avaliação dos Parcelamentos com o RPPS

2.1 - Confronto entre o valor total previsto e recebido acumulados até o quadrimestre

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.2 - Verificação de Aumento/Redução dos saldos de parcelamentos do Município com o RPPS

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.3 - Redução do saldo sem recebimento no período

A análise não se aplica uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

Data da Geração: 05/11/2024
Hora da Geração: 20:33:48